



# MUNICÍPIO DE SANTIAGO DO CACÉM

## ASSEMBLEIA MUNICIPAL

P. Lopes

# EDITAL

Nº 01/AM/EE/2023

PAULA MARIA DANIEL DE MELO LOPES PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE SANTIAGO DO CACÉM, FAÇO PÚBLICO, em conformidade com o disposto no nº 1 do artigo 56º do Regime Jurídico das Autarquias Locais aprovado pela Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro que na Sessão Ordinária desta Assembleia Municipal, realizada no dia dezassete de fevereiro dois mil e vinte e três, foram tomadas as seguintes deliberações:-----

-----“ANTES DA ORDEM DO DIA:-----

**INCLUSÃO DE ASSUNTOS NA ORDEM DO DIA:-----**

**A Senhora Presidente Paula Lopes, propôs a inclusão de dois assuntos na Ordem do Dia, de acordo com o solicitado pelo Senhor Presidente da Câmara Municipal através do ofício 2354/2023:-----**

**4 PROPOSTAS DA CÂMARA MUNICIPAL-----**

**f) – Assunção de Compromissos Plurianuais – Contrato para a Exploração de Serviço Público de Transporte de Passageiros no Alentejo Litoral.-----**

**g) – Aquisição de energia elétrica BTE e MT em Mercado Liberalizado.-----**

**A Senhora Presidente colocou a proposta de inclusão a votação, a qual foi, aprovada, por unanimidade.-----**

**Pelo eleito da CDU Senhor João Alberto Machado Guerreiro, foi apresentada a seguinte Proposta de Moção:-----**

**“MOÇÃO -Combater o aumento do custo de vida. Aumentar os salários e as pensões criar um regime de preços máximos para o cabaz alimentar essencial - Em 2022 registou-se a maior subida de preços dos últimos 30 anos, com os trabalhadores e os reformados e pensionistas a sofrerem uma redução substancial do poder de compra. Em 2023, o ano iniciou-se com mais aumentos e, hoje, as famílias sentem o impacto brutal nas suas vidas devido ao agravamento do custo de vida e da quebra do valor real dos salários e das pensões.-----**

No caso dos bens alimentares, de acordo com os cálculos mais recentes, estima-se que um cabaz de alimentos essenciais tenha aumentado, entre o início e o final do ano passado mais 33,51 euros, em média; ou seja, de 183 euros passou para cerca de 217 euros. Mas há alimentos que tiveram aumentos muito superiores à média. Pagamos hoje mais 20,6% pelo pão e cereais, mais 42% pelo leite meio-gordo e mais 35% por outros laticínios, mais 21,1% pela carne, mais 41% pela pescada, mais 53% pelo arroz carolino, mais 24,9% pelos produtos hortícolas, entre outros produtos alimentares.-----

Os preços da eletricidade e do gás natural aumentam novamente em 3,3% e 3%, respetivamente. Relativamente às portagens e pontes, ao invés de travar novos aumentos e fixar a sua atualização no valor máximo equivalente ao do ano passado, o Governo

Metop

decidiu aumentá-las em mais 4,9%, transferindo para as concessionárias mais 140 milhões de euros, somando-os aos 1400 milhões de euros que já recebem. Quanto às prestações do crédito à habitação verificam-se aumentos superiores a 100 euros, 200 euros, ou ainda mais elevados. -----

Estamos perante uma situação de total descontrolo dos preços, os quais se tornaram incontroláveis para a esmagadora maioria da população, face ao emagrecimento dos orçamentos familiares. A realidade mostra que para uma ampla maioria a vida piorou, mas há uma minoria que continua a beneficiar de enormes vantagens. É um facto que os milhares de milhões de euros que o povo paga a mais são transferidos em forma de lucros para os acionistas de grande distribuição, da banca, da energia, etc. -----

No ano transato, só a Sonae e a Jerónimo Martins aumentaram em 30% os seus lucros (+443ME); a GALP(+de mil milhões); a EDP (+612ME); os principais bancos, no seu conjunto, praticamente duplicaram os lucros para quase dois mil milhões de euros (só a CGD e o BES/Novo Banco atingiram 759 ME). -----

O Governo não pode “sacudir a água do capote” e fazer de conta que a resolução deste problema não é da sua competência e responsabilidade. -----

O Governo não regula os preços dos produtos essenciais, promove a perda do poder de compra dos salários e das pensões mas, de maneira oposta, dá corpo às opções que servem os grupos económicos e financeiros, permitindo que possam determinar preços especulativos para dessa forma intolerável obterem lucros exorbitantes. -----

Portugal continua a ser um país de profundas injustiças e desigualdades. -----

Os salários mínimo e médio são muito baixos. Tanto no sector privado como na Administração Pública a atualização dos salários tem sido feita abaixo da inflação, mas além disso há milhares de trabalhadores que não veem os seus salários atualizados há anos. Segundo os últimos dados conhecidos, as remunerações brutas médias mensais por trabalhador, em termos reais, tinham caído 4,7% até Setembro de 2022. -----

Quanto às reformas e pensões, o logro mantém-se. A revisão dos aumentos por via da inflação e do não cumprimento da lei da aplicação da fórmula de cálculo, reduz substancialmente o valor da atualização a que os reformados e pensionistas têm direito, ficando muito aquém da tão necessária reposição e melhoria do poder de compra, com impactos muito negativos para o futuro. -----

Tudo isto se traduz em mais empobrecimento das famílias. Segundo os dados da Pordata apresentados no Dia Internacional da Pobreza (Outubro de 2022), “Portugal desviou-se da trajetória de redução da pobreza”, assinalando que já em 2020 existiam 4,4 milhões de portugueses em situação de pobreza ou a auferir rendimentos abaixo do limiar da pobreza (554 euros mensais em 2020). Por outro lado, há cada vez mais pessoas que mesmo a trabalhar estão a empobrecer, estimando-se que hoje estejam mais de 10% dos trabalhadores nesta situação. -----

Medidas avulsas e de assistencialismo, como as que o Governo promove, não são suficientes. O que é verdadeiramente prioritário e urgente, o que os trabalhadores, o povo e o país reclamam, é uma política de valorização de todos os salários e pensões, de proteção à habitação para garantir que ninguém fica sem casa, o combate efetivo à

P. Melo

especulação dos preços. Uma política que enfrente os interesses dos grupos económicos e financeiros e que garanta uma justa distribuição da riqueza produzida. -----  
A Assembleia Municipal de Santiago do Cacém reunida no dia 17 de fevereiro de 2023 delibera: -----

- Solidarizar-se com a luta dos trabalhadores e reformados, pelo aumento de salários e contra o aumento do custo de vida; -----
  - Apelar à participação da população, reformados e trabalhadores em todas as acções de luta pelo aumento dos salários e pensões, contra o aumento do custo de vida. -----
- E exige: -----

- Medidas de combate efetivo ao aumento do custo de vida através, nomeadamente, da regulação dos preços dos alimentos, dos combustíveis, da energia, das telecomunicações, dos serviços da banca e de outros serviços essenciais. -----
- Medidas para impedir que o aumento das rendas de casa, quer o aumento das prestações dos empréstimos à habitação. -----

Assembleia Municipal de Santiago do Cacém, 17 de Fevereiro de 2023. -----

A Assembleia Municipal de Santiago do Cacém, reunida a 17 de fevereiro de 2023 -----  
Os eleitos da CDU” -----

A Senhora Presidente colocou a proposta de Moção para discussão. -----  
Interveio o Senhor Carlos Luís de Matos Coelho e Mesquita de Figueiredo, eleito do PS, e o Senhor Pedro do Ó Ramos, eleito pela Coligação Santiago do Cacém Mais, Senhora Maria Margarida da Costa Rosa Cardoso dos Santos, eleita da CDU e a Senhora Carmen Sofia Martins Figueira, eleita do BE. -----

Não havendo mais inscrições para o uso da palavra a Senhora Presidente colocou a proposta de Moção a votação, a qual foi **aprovada, por maioria, com dezassete votos a favor, sendo dezasseis das eleitas e dos eleitos da CDU**, Senhor/a/e/s Paula Maria Daniel de Melo Lopes, Maria Margarida da Costa Rosa Cardoso dos Santos, Norberto Valente Barradas, João Paulo de Melo Barros, Teresa Maria Sotta Lopes Dias Lucas Alves, João Alberto Machado Guerreiro, Mário André dos Santos Mateus, Quitéria Graça Marques Gaspar, Rui Miguel Pereira Candeias, Hélia Maria de Matos Rodrigues, Sérgio Manuel da Silva Santiago, Carlos Jorge Canário Parreira, David Oliveira Gorgulho, Hélder da Silva Pereira, Isabel Maria Borges Gonçalves Contento e Ana Maria Morais Ribeiro Gonçalves, e um da eleita do BE Senhora Carmen Sofia Martins Figueira. -----

Duas abstenções, sendo um do eleito do PS, Senhor Ricardo Jorge da Cruz e um do eleito do CHEGA, Senhor Rui Fernando Pinto Fernandes Sequeira. -----

Sete votos contra, sendo quatro da eleita e dos eleitos do PS Senhor/a/e/s João Pedro da Silva Teixeira, Ana Harea, Carlos Luís de Matos Coelho e Mesquita de Figueiredo, Vasco Maria Jantarão Lopes da Silva, três da eleita e dos eleitos Coligação Santiago do Cacém Mais, Senhor/a/e/s Pedro do Ó Barradas de Oliveira Ramos, Maria Teresa Pereira Machado Branco e Francisco Alfeirão Rodrigues. -----

-----  
**Pela eleita da CDU Senhora Teresa Maria Sotta Lopes Dias Lucas Alves, foi apresentada a seguinte Proposta de Moção:**-----

PM Lopes

**“MOÇÃO - Pela devida valorização e protecção dos trabalhadores imigrantes -**

Não é novidade que Portugal recebe diariamente dezenas de cidadãos imigrantes, oriundos de vários continentes, em busca de melhores condições de vida e de trabalho. - Também não é novidade que Portugal tem uma política de Imigração razoável, em relação a outros países da Europa. -----

Porém, elogiar a nossa política de imigração não basta. O que é necessário é que seja efectivamente aplicada e que todas as entidades competentes envolvidas disponham dos meios necessários e adequados para controlar e reprimir todas as actividades paralelas, que prosperam em torno do fenómeno da imigração e vivem à custa da fragilidade dos imigrantes.-----

Os últimos acontecimentos, nomeadamente o caso do incêndio na Mouraria, trouxeram a público as condições degradantes em que vivem muitos destes imigrantes, não só naquela zona de Lisboa em particular, mas em muitos outros pontos do país, onde o Litoral Alentejano não é excepção.-----

A CDU condena veementemente todos os que se aproveitam da situação de vulnerabilidade dos cidadãos imigrantes, que chegam frequentemente ao nosso país, de modo irregular, trazidos ao engano por máfias e outros traficantes sem escrúpulos, com promessas de trabalho e de condições de vida que não encontram à sua chegada. -----

Condenamos quem os escraviza, oferecendo-lhes uma “mão cheia de nada”, em troca de horas e horas de trabalho, sem qualquer contrato ou protecção. -----

Condenamos quem pretende lucrar ilegalmente à sua custa, alugando ilegalmente camas para dormir em locais superlotados, situados em pequenos apartamentos e até em lojas, sem quaisquer condições de habitabilidade, segurança e higiene. -----

Condenamos ainda os que se aproveitam destes mesmos cidadãos, oferecendo-se para obter documentos necessários à regularização, por exemplo atestados de residência, a troco de quantias avultadas de dinheiro. -----

Finalmente, condenamos também o Governo por permitir que estas situações, de conhecimento geral, aconteçam à vista de todos, sem que nada seja feito para lhes por termo e proteger os direitos dos cidadãos imigrantes. -----

Segundo dados da PORDATA, nos últimos 10 anos emigraram de Portugal para o estrangeiro mais de 375 mil portugueses (fora os mais de 540 mil que já emigraram temporariamente), também eles à procura de melhores condições de vida. E se exigimos que os nossos sejam bem tratados nos países que os recebem, não podemos ser menos exigentes com os que chegam ao nosso país. -----

Não podemos continuar a fechar os olhos e permitir que estas situações continuem a acontecer.-----

A Assembleia Municipal de Santiago do Cacém, reunida a 17 de fevereiro de 2023-----

- Solidariza-se com todos os imigrantes que chegam ao nosso país e região `procura de melhores condições de vida, mas que são explorados por máfias.-----

- Exige a tomada urgente de medidas que previnam e punam devidamente situações como estas e que não passem pela penalização de cidadãos inocentes, inocuamente explorados, quando apenas pretendem uma vida melhor.-----

Enviar para: -----

PM Lopes

- Presidente da República -----
- Presidente da Assembleia da República-----
- Primeiro Ministro -----
- Grupos Parlamentares da Assembleia da República”. -----

A Senhora Presidente colocou a proposta de Moção para discussão. -----  
Interveio o Senhor Carlos Mesquita de Figueiredo, eleito do PS, a Senhora Teresa Maria Sotta Lopes Dias Lucas Alves, eleita da CDU, a Senhora Carmen Sofia Martins Figueira, eleita do BE, o Senhor João Alberto Machado Guerreiro, eleito da CDU, o Senhor Pedro do Ó Ramos, eleito pela Coligação Santiago do Cacém Mais, e o Senhor David Oliveira Gorgulho, eleito da CDU. -----

Não havendo mais inscrições para o uso da palavra a Senhora Presidente colocou a proposta de Moção a votação, a qual foi **aprovada, por maioria, com vinte e um votos a favor, sendo dezasseis das eleitas e dos eleitos da CDU**, Senhor/a/e/s Paula Maria Daniel de Melo Lopes, Maria Margarida da Costa Rosa Cardoso dos Santos, Norberto Valente Barradas, João Paulo de Melo Barros, Teresa Maria Sotta Lopes Dias Lucas Alves, João Alberto Machado Guerreiro, Mário André dos Santos Mateus, Quitéria Graça Marques Gaspar, Rui Miguel Pereira Candeias, Hélia Maria de Matos Rodrigues, Sérgio Manuel da Silva Santiago, Carlos Jorge Canário Parreira, David Oliveira Gorgulho, Hélder da Silva Pereira, Isabel Maria Borges Gonçalves Contente e Ana Maria Morais Ribeiro Gonçalves, três da eleita e dos eleitos Coligação Santiago do Cacém Mais, Senhor/a/e/s Pedro do Ó Barradas de Oliveira Ramos, Maria Teresa Pereira Machado Branco e Francisco Alfeirão Rodrigues, um da eleita do BE Senhora Carmen Sofia Martins Figueira e um do eleito do CHEGA, Senhor Rui Fernando Pinto Fernandes Sequeira.-----

cinco abstenções, da eleita e dos eleitos do PS Senhor/a/e/s João Pedro da Silva Teixeira, Ana Harea, Carlos Luís de Matos Coelho e Mesquita de Figueiredo, Vasco Maria Jantarão Lopes da Silva e Ricardo Jorge da Cruz.-----

**Pela eleita da CDU Senhora Maria Margarida da Costa Rosa Cardoso dos Santos, foi apresentada a seguinte Proposta de Moção:** -----

“**MOÇÃO - Valorizar os profissionais da educação, defender a Escola Pública** - Os problemas da Escola Pública e dos profissionais da educação, fruto das políticas de direita dos sucessivos governos do PS e PSD/CDS, - uns com décadas e outros mais recentes – são conhecidos e agudizam-se. Elencamos alguns: falta de professores, técnicos e auxiliares; precariedade e anos sucessivos a contrato; baixos salários; horários de trabalho desregulados; burocracia; tempo de serviço por contar; vagas na progressão; quotas na avaliação; corpo docente envelhecido; transferência de competências para os municípios sem os meios financeiros suficientes e com um parque escolar degradado.--- Acresce, agora, que o governo pretende, entre outros aspetos, estabelecer concursos anuais para os professores dos quadros; criar Conselhos de Quadro de Zona Pedagógica (sinónimo de Conselhos Locais Diretores), delegando nos diretores a seleção e o recrutamento de professores do quadro e contratados, recorrendo à entrevista e ao perfil de competências, deixando de ser critério único a graduação profissional; colocar



PMeloLopes

professores em mais do que uma Escola ou Agrupamento; impedir que milhares de professores com 3 ou mais anos de serviço acedam aos quadros, mantendo a precariedade e a instabilidade; condicionar o acesso dos professores contratados a um justo salário, estipulando requisitos difíceis de cumprir, desrespeitando a diretiva europeia. -----  
Perante este cenário, os eleitos da CDU concluem que o Governo do PS, “preocupadíssimo” com “os professores com a casa às costas”, do alto da sua maioria absoluta, não resolve, mas agrava os problemas dos professores e da Escola Pública. ----  
A não resolução dos problemas, a falta de respeito e a desvalorização da profissão são fortes e legítimos argumentos para as ações de luta desencadeadas pelos professores e os seus sindicatos. A vibrante manifestação de 11 de fevereiro, em Lisboa, espelhou bem a força e a determinação dos profissionais da educação na luta pela valorização da profissão e pela defesa da Escola Pública. Os eleitos da CDU saúdam todos os que participaram nessa grandiosa jornada de luta e manifestaram total solidariedade com a luta que continua. -----

Os eleitos na Assembleia Municipal de Santiago do Cacém, reunida a 17 de fevereiro de 2023, exige a valorização dos profissionais da educação e a defesa a Escola Pública instando o governo a: -----

1. Contar integralmente, de forma faseada, o tempo de serviço para efeitos de progressão na carreira;-----
2. Eliminar as quotas e vagas para a progressão para o 5º e 7º escalões;-----
3. Vincular professores contratados com 3 ou mais anos de serviço; -----
4. Colocar docentes através de concurso nacional pela graduação profissional e não por Conselhos de Quadros de Zona Pedagógica;-----
5. Pagar aos professores contratados salários justos, conforme diretiva da União Europeia; -----
6. Atrair jovens para a carreira docente, contrariando o envelhecimento. -----
7. Dotar os municípios das verbas suficientes para a transferência de Competências na Área da Educação. -----

Enviar para: -----

- Primeiro Ministro -----
- Ministro da Educação-----
- Ministro das Finanças-----
- Presidente da Assembleia da República-----
- Comissão de Educação e Ciências da Assembleia da República. -----

A Senhora Presidente colocou a proposta de Moção para discussão. -----  
Interveio o Senhor Carlos Mesquita de Figueiredo, eleito do PS, a Senhora Presidente da Assembleia Municipal Paula Maria Daniel Melo Lopes, eleita da CDU, a Senhora Maria Margarida da Costa Rosa Cardoso dos Santos, eleita da CDU, a Senhora Carmen Sofia Martins Figueira, eleita do BE, o Senhor Pedro do Ó Ramos, eleito pela Coligação Santiago do Cacém Mais. -----

Não havendo mais inscrições para o uso da palavra a Senhora Presidente colocou a proposta de Moção a votação, a qual foi **aprovada, por maioria, com vinte e três votos a favor, sendo dezasseis das eleitas e dos eleitos da CDU, Senhor/a/e/s Paula Maria**

P. Lopes

Daniel de Melo Lopes, Maria Margarida da Costa Rosa Cardoso dos Santos, Norberto Valente Barradas, João Paulo de Melo Barros, Teresa Maria Sotta Lopes Dias Lucas Alves, João Alberto Machado Guerreiro, Mário André dos Santos Mateus, Quitéria Graça Marques Gaspar, Rui Miguel Pereira Candeias, Hélia Maria de Matos Rodrigues, Sérgio Manuel da Silva Santiago, Carlos Jorge Canário Parreira, David Oliveira Gorgulho, Hélder da Silva Pereira, Isabel Maria Borges Gonçalves Contente e Ana Maria Morais Ribeiro Gonçalves, cinco das eleitas e dos eleitos do PS Senhor/a/e/s João Pedro da Silva Teixeira, Ana Harea, Carlos Luís de Matos Coelho e Mesquita de Figueiredo, Vasco Maria Jantarão Lopes da Silva e Ricardo Jorge da Cruz, um da eleita do BE Senhora Carmen Sofia Martins Figueira e um do eleito do CHEGA, Senhor Rui Fernando Pinto Fernandes Sequeira. -----  
Três abstenções, da eleita e dos eleitos Coligação Santiago do Cacém Mais, Senhor/a/e/s Pedro do Ó Barradas de Oliveira Ramos, Maria Teresa Pereira Machado Branco e Francisco Alfeirão Rodrigues.-----

**Pela eleita do BE Senhora Carmen Sofia Martins Figueira, foi apresentada a seguinte Proposta de Moção:** -----

**“MOÇÃO - REALIZAÇÃO DE ASSEMBLEIA MUNICIPAL EVOCATIVA DO 25 DE ABRIL**  
Em 2023 assinala-se os 49 anos do 25 de Abril. O Bloco de Esquerda vem propor a esta Assembleia que, à semelhança de 2021, se realize uma cerimónia evocativa de uma das datas maiores da história de Portugal.-----

Que seja um momento em que todos os partidos com assento na Assembleia Municipal possam, institucionalmente, falar. -----

Mais, propomos que seja uma Assembleia divulgada em todos os meios de comunicação disponibilizados pela Autarquia e nos órgãos de comunicação social local.

"Pelo Pão, pela Paz, pela Terra, pela Liberdade e pela Democracia", como se dizia na época, apresentamos esta proposta.-----

A Senhora Presidente colocou a proposta de Moção para discussão. -----

Interveio a Senhora Maria Margarida da Costa Rosa Cardoso dos Santos, eleita da CDU, o Senhor Vasco Maria Jantarão Lopes da Silva, eleito do PS, o Senhor Pedro do Ó Ramos, eleito pela Coligação Santiago do Cacém Mais, o Senhor Sérgio Manuel da Silva Santiago, eleito da CDU, a Senhora Carmen Sofia Martins Figueira, eleita do BE, o Senhor David Oliveira Gorgulho, eleito da CDU e o Senhor Carlos Mesquita de Figueiredo, eleito do PS. -----

Não havendo mais inscrições para o uso da palavra a Senhora Presidente colocou a proposta de Moção a votação, a qual foi **aprovada, por unanimidade**.-----

#### ----- **ORDEM DO DIA:** -----

### **3.- Designação de um cidadão para a Comissão de Proteção de Crianças e jovens em Perigo de Santiago do Cacém.** -----

A Senhora Presidente da Assembleia Municipal, Paula Lopes, apresentou a seguinte **PROPOSTA:** Designar a cidadã ERMELINDA ANTÓNIA SOBRAL CANDEIAS, natural e residente no Município de Santiago do Cacém, nascida em 6 de outubro de

PM Lopes

1954, reformada, para a Comissão Alargada da CPCJ de Santiago do Cacém, em conformidade com o previsto na alínea l do nº 1 do artigo 17º da Lei nº 142/2015, de 8 de setembro.-----

Não havendo mais propostas, a Senhora Presidente colocou a proposta a votação, por voto secreto.-----

A proposta foi aprovada, com vinte e cinco votos a favor, um voto branco, e zero votos nulos.-----

#### 4. PROPOSTAS DA CÂMARA MUNICIPAL-----

##### a) Aprovação da Demonstração do Desempenho Orçamental.-----

A Senhora Presidente da Assembleia Municipal Paula Lopes, concedeu a palavra ao Senhor Vice-Presidente da Câmara Municipal Albano Pereira, o qual apresentou e fundamentou a seguinte “**PROPOSTA:** Submeter à apreciação da Assembleia Municipal a Demonstração do Desempenho Orçamental, do período findo a 31 de dezembro de 2022, tornando desde já possível, através da revisão orçamental a aprovar, a integração do saldo da gerência da execução orçamental.-----

Documento que será dado como reproduzido na Ata da reunião.-----

**FUNDAMENTOS:** Por forma a possibilitar desde já a integração do saldo da gerência da execução orçamental de acordo com o definido no artigo 81º da Lei nº 24-D/2022 de 30 de dezembro (Lei do Orçamento do Estado para 2023).-----

A Senhora Presidente colocou a proposta para discussão. Não houve inscrições para o uso da palavra, pelo que a colocou, de imediato, a votação, a qual foi **aprovada, por maioria**, com dezassete votos a favor, sendo dezasseis das eleitas e dos eleitos da CDU, Senhor/a/e/s Paula Maria Daniel de Melo Lopes, Maria Margarida da Costa Rosa Cardoso dos Santos, Norberto Valente Barradas, João Paulo de Melo Barros, Teresa Maria Sotta Lopes Dias Lucas Alves, João Alberto Machado Guerreiro, Mário André dos Santos Mateus, Quitéria Graça Marques Gaspar, Rui Miguel Pereira Candeias, Hélia Maria de Matos Rodrigues, Sérgio Manuel da Silva Santiago, Carlos Jorge Canário Parreira, David Oliveira Gorgulho, Hélder da Silva Pereira, Isabel Maria Borges Gonçalves Contente e Ana Maria Morais Ribeiro Gonçalves, e um do eleito do PS, Senhor Ricardo Jorge da Cruz.-----

Nove abstenções, sendo quatro da eleita e dos eleitos do PS Senhor/a/e/s João Pedro da Silva Teixeira, Ana Harea, Carlos Luís de Matos Coelho e Mesquita de Figueiredo, Vasco Maria Jantarão Lopes da Silva, três da eleita e dos eleitos Coligação Santiago do Cacém Mais, Senhor/a/e/s Pedro do Ó Barradas de Oliveira Ramos, Maria Teresa Pereira Machado Branco e Francisco Alfeirão Rodrigues, uma da eleita do BE a Senhora Carmen Sofia Martins Figueira e um do eleito do CHEGA, Senhor Rui Fernando Pinto Fernandes Sequeira.-----

##### b) Primeira Revisão ao Orçamento da Receita/Despesa e Primeira Revisão às GOP'S (PPI e AMR) de Dois Mil e Vinte e Três/Dois Mil e Vinte e Sete.-----

A Senhora Presidente da Assembleia Municipal Paula Lopes, concedeu a palavra ao Senhor Vice-Presidente da Câmara Municipal Albano Pereira, o qual apresentou e



P. Lopes

fundamentou a seguinte **“PROPOSTA:** Submeter a Primeira Revisão ao Orçamento da Receita/Despesa e Primeira Revisão às GOP’S (PPI e AMR) de Dois Mil e Vinte e Três/Dois Mil e Vinte e Sete à Assembleia Municipal. -----

Documento que será dado como reproduzido na Ata da reunião.-----

**FUNDAMENTOS: UM** – De acordo com o ponto 8.3.1 do POCAL-Plano Oficial de Contabilidade das Autarquias Locais aprovado pelo Decreto-Lei nº54-A/99 de 22 de fevereiro, na redação atual, e a Norma de Contabilidade pública – NCP 26 – Contabilidade e relato Orçamental constante do anexo II ao Decreto-Lei nº 192/2015 de 11 de setembro que aprova o Sistema de Normalização Contabilística para as Administrações Públicas SNC-AP. -----

**DOIS**– Conforme disposto na alínea a) do nº. 1 do artigo 25º. da Lei nº. 75/2013 de 12 de setembro, na redação atual. -----

A Senhora Presidente colocou a proposta para discussão. -----

Intervieram os Senhores Carlos Mesquita de Figueiredo e Ricardo Cruz, eleitos do PS, e o Senhor Pedro do Ó Ramos, eleito pela Coligação Santiago do Cacém Mais.-----

Não havendo mais inscrições para o uso da palavra a Senhora Presidente colocou a proposta a votação, a qual foi **aprovada, por maioria, com dezassete votos a favor,** sendo dezasseis das eleitas e dos eleitos da CDU, Senhor/a/e/s Paula Maria Daniel de Melo Lopes, Maria Margarida da Costa Rosa Cardoso dos Santos, Norberto Valente Barradas, João Paulo de Melo Barros, Teresa Maria Sotta Lopes Dias Lucas Alves, João Alberto Machado Guerreiro, Mário André dos Santos Mateus, Quitéria Graça Marques Gaspar, Rui Miguel Pereira Candeias, Hélia Maria de Matos Rodrigues, Sérgio Manuel da Silva Santiago, Carlos Jorge Canário Parreira, David Oliveira Gorgulho, Hélder da Silva Pereira, Isabel Maria Borges Gonçalves Contente e Ana Maria Morais Ribeiro Gonçalves, e um do eleito do PS, Senhor Ricardo Jorge da Cruz.-----

Nove abstenções, sendo quatro da eleita e dos eleitos do PS Senhor/a/e/s João Pedro da Silva Teixeira, Ana Harea, Carlos Luís de Matos Coelho e Mesquita de Figueiredo, Vasco Maria Jantarão Lopes da Silva, três da eleita e dos eleitos Coligação Santiago do Cacém Mais, Senhor/a/e/s Pedro do Ó Barradas de Oliveira Ramos, Maria Teresa Pereira Machado Branco e Francisco Alfeirão Rodrigues, uma da eleita do BE a Senhora Carmen Sofia Martins Figueira e um do eleito do CHEGA, Senhor Rui Fernando Pinto Fernandes Sequeira.-----

#### **PROLONGAMENTO DOS TRABALHOS DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL** -----

Atingidas que foram as zero horas, a Senhora Presidente colocou à consideração da Assembleia Municipal a continuação dos trabalhos, por mais trinta minutos, de acordo com o previsto no Regimento. -----

**Tendo sido deliberado, por unanimidade, a continuação dos trabalhos.** -----

#### **c) Declarações -compromissos plurianuais, pagamentos em atraso e recebimentos em atraso.** -----

A Senhora Presidente da Assembleia Municipal Paula Lopes, concedeu a palavra ao Senhor Vice-Presidente da Câmara Municipal Albano Pereira, o qual deu

PM Lopes

**CONHECIMENTO** de todos os compromissos plurianuais, pagamentos em atraso e recebimentos em atraso existentes a 31 de dezembro de 2022. -----

Documento que será dado como reproduzido na Ata da reunião.-----

**FUNDAMENTOS:** Alínea a) e b) do n.º 1 e alínea c) do n.º 2 do artigo 15.º da Lei n.º 8/2012 de 12 de fevereiro, alterada e republicada pela Lei n.º 22/2015 de 17 de março e art.º 17 de do Decreto Lei n.º 127/2012 de 21 de junho, alterado e republicado pelo Decreto Lei n.º 99/2015 de 2 de junho”.-----

**d) Prorrogação do prazo para a aceitação da transferência de competências no domínio da ação social para o dia 3 de abril de 2023.**-----

A Senhora Presidente da Assembleia Municipal Paula Lopes, concedeu a palavra ao Senhor Vice-Presidente da Câmara Municipal Albano Pereira, o qual apresentou e fundamentou a seguinte “**PROPOSTA:** Submeter a deliberação da Assembleia Municipal a prorrogação do prazo para a transferência das competências, no domínio da ação social, previstas no Decreto-Lei n.º 55/2020, de 21 de agosto, para o dia 3 de abril de 2023; -----

**TRÊS:** Comunicar à Direção Geral das Autarquias Locais as deliberações.-----

**FUNDAMENTOS: De Facto: UM:** Os órgãos Municipais do Município de Santiago do Cacém têm vindo a recusar a transferência de competências previstas na Lei n.º 50/2018, de 16 de agosto, por estas não corresponderem às necessidades efetivas das populações e à realidade das autarquias locais; -----

**DOIS:** O subfinanciamento do Poder Local, a transferência de encargos em distintas áreas, que mais não fazem do que alijar responsabilidades e colocando sérios problemas à gestão das autarquias, em nada contribuindo para a prestação de melhores serviços, antes pelo contrário, criando novos entraves à resposta aos problemas e anseios das populações. -----

**FUNDAMENTOS: De Direito:** Para o ano 2022 os Órgãos deliberativos do Município de Santiago do Cacém deliberaram não assumir as competências previstas no Decreto-lei n.º 55/2020, de 12 de agosto e comunicaram o facto à Direção Geral das Autarquias Locais, DE ACORDO COM O PREVISTO NO Decreto Lei n.º 23/2022, de 14 de fevereiro. -----

A publicação do Decreto Lei n.º 87-B/2022, de 29 de dezembro tornou-se possível aos municípios prorrogar o prazo para a aceitação da transferência de competências no domínio da ação social para o dia 3 de abril de 2023. Esta prorrogação deve ser comunicada à Direção Geral das Autarquias locais até final de fevereiro de 2023. -----

A Senhora Presidente colocou a proposta para discussão. -----

Interveio o Senhor Carlos Mesquita de Figueiredo, eleito do PS, a Senhora Carmen Figueira, eleita do BE e a Senhora Margarida Santos, eleita da CDU. -----

Não havendo mais inscrições para o uso da palavra a Senhora Presidente colocou a proposta a votação, a qual foi **aprovada, por maioria**, com dezoito votos a favor, sendo dezasseis das eleitas e dos eleitos da CDU, Senhor/a/e/s Paula Maria Daniel de Melo Lopes, Maria Margarida da Costa Rosa Cardoso dos Santos, Norberto Valente Barradas, João Paulo de Melo Barros, Teresa Maria Sotta Lopes Dias Lucas Alves, João Alberto

PMelopes

Machado Guerreiro, Mário André dos Santos Mateus, Quitéria Graça Marques Gaspar, Rui Miguel Pereira Candeias, Hélia Maria de Matos Rodrigues, Sérgio Manuel da Silva Santiago, Carlos Jorge Canário Parreira, David Oliveira Gorgulho, Hélder da Silva Pereira, Isabel Maria Borges Gonçalves Contente e Ana Maria Moraes Ribeiro Gonçalves, e um do eleito do PS, Senhor Ricardo Jorge da Cruz e um da eleita do BE, Senhora Carmen Sofia Martins Figueira.-----

Oito abstenções, sendo quatro da eleita e dos eleitos do PS Senhor/a/e/s João Pedro da Silva Teixeira, Ana Harea, Carlos Luís de Matos Coelho e Mesquita de Figueiredo, Vasco Maria Jantarão Lopes da Silva, três da eleita e dos eleitos Coligação Santiago do Cacém Mais, Senhor/a/e/s Pedro do Ó Barradas de Oliveira Ramos, Maria Teresa Pereira Machado Branco e Francisco Alfeirão Rodrigues, e um do eleito do CHEGA, Senhor Rui Fernando Pinto Fernandes Sequeira.-----

**DECLARAÇÃO DE VOTO: Pela eleita do BE Senhora Carmen Figueira, foi apresentada a seguinte Declaração de Voto:** “Como já amplamente aqui foi discutido, a posição do Bloco de Esquerda é a de que este processo de transferência de competências no domínio da Ação Social foi e continua a ser uma enorme trapalhada do governo do PS. Pior, não se faz acompanhar do necessário envelope financeiro, para as autarquias e as suas populações não saíam prejudicadas, vide as próprias Câmaras Municipais do Partido Socialista.-----

O Bloco entende também que está colocado em causa o princípio constitucional da subsidiariedade do Estado, e por tudo isto, votamos a favor”. -----

**e) Hasta Pública –Venda de lotes destinados a habitação unifamiliar.** -----

A Senhora Presidente da Assembleia Municipal Paula Lopes, concedeu a palavra ao Senhor Vice-Presidente da Câmara Municipal Albano Pereira, o qual apresentou e fundamentou a seguinte” **PROPOSTA:** Solicitar autorização à Assembleia Municipal para alienação de 25 lotes de terreno destinados a construção urbana –habitações unifamiliares, sítios no Loteamento Municipal da Rua da Fonte do Cortiço, em Vila Nova de Santo André, através da realização de procedimento por Hasta Pública, uma vez que o valor global apurado dos preços base de licitação é de 867000,00 €, superior ao limite previsto na alínea g) do nº 1 do artº 33º do Regime Jurídico das Autarquias Locais, de 1000 vezes a Remuneração Mínima Mensal Garantida, (atualmente 760.000,00€). -----

**FUNDAMENTOS:** De acordo com o disposto na alínea ccc) do nº 1 do artº33º, conjugado com a alínea i) do nº 1 do artº 25º do Regime Jurídico das Autarquias Locais, aprovado pela Lei nº 75/2013, de 12 de setembro. -----

A Senhora Presidente colocou a proposta para discussão. -----

Interveio o Senhor Carlos Mesquita de Figueiredo, eleito do PS. -----

Não havendo mais inscrições para o uso da palavra a Senhora Presidente colocou a proposta a votação, a qual foi **aprovada, por maioria, com vinte e cinco votos a favor, sendo dezasseis das eleitas e dos eleitos da CDU, Senhor/a/e/s Paula Maria Daniel de Melo Lopes, Maria Margarida da Costa Rosa Cardoso dos Santos, Norberto Valente Barradas, João Paulo de Melo Barros, Teresa Maria Sotta Lopes Dias Lucas Alves, João**

PM Lopes

Alberto Machado Guerreiro, Mário André dos Santos Mateus, Quitéria Graça Marques Gaspar, Rui Miguel Pereira Candeias, Hélia Maria de Matos Rodrigues, Sérgio Manuel da Silva Santiago, Carlos Jorge Canário Parreira, David Oliveira Gorgulho, Hélder da Silva Pereira, Isabel Maria Borges Gonçalves Contente e Ana Maria Morais Ribeiro Gonçalves, cinco das eleitas e dos eleitos do PS Senhor/a/e/s João Pedro da Silva Teixeira, Ana Harea, Carlos Luís de Matos Coelho e Mesquita de Figueiredo, Vasco Maria Jantarão Lopes da Silva e Ricardo Jorge da Cruz, três das eleitas e dos eleitos Coligação Santiago do Cacém Mais, Senhor/a/e/s Pedro do Ó Barradas de Oliveira Ramos, Maria Teresa Pereira Machado Branco e Francisco Alfeirão Rodrigues, e um do eleito do CHEGA, Senhor Rui Fernando Pinto Fernandes Sequeira.-----

Um voto contra, da eleita do BE a Senhora Carmen Sofia Martins Figueira. -----

**DECLARAÇÃO DE VOTO: Pela eleita do BE Senhora Carmen Figueira, foi apresentada a seguinte Declaração de Voto:** “Não é a prioridade, na atual crise social, com os custos que representam a habitação no orçamento das famílias, com o aumento das taxas de juro, avançar para uma Hasta Pública é até indecente, já que apenas quem tem dinheiro disponível ou acesso a crédito, poderá aceder a este modelo. -----  
Vai na contramão de tudo o que defendemos como prioritário neste momento da vida da população – um mercado social de habitação, habitação a custos controlados e respostas de emergência – e por tudo isto, o Bloco de Esquerda vota contra”. -----

**f) Assunção de Compromissos Plurianuais -Contrato para a Exploração de Serviço Público de Transporte de Passageiros no Alentejo Litoral** -----

A Senhora Presidente da Assembleia Municipal Paula Lopes, concedeu a palavra ao Senhor Vice-Presidente da Câmara Municipal Albano Pereira, o qual apresentou e fundamentou a seguinte **PROPOSTA:** Solicitar à Assembleia Municipal autorização prévia para a assunção de compromissos plurianuais no âmbito do contrato para a Exploração de Serviço Público de Transporte de Passageiros no Alentejo Litoral, para efeitos do cumprimento do disposto na alínea c) do n.º 1 do artigo 6.º da Lei n.º 8/2012 de 21 de fevereiro. -----

A previsão da repartição de encargos é a seguinte: -----

Ano de 2023 (julho a dezembro) 33.568,12 €-----

Ano de 2024 67.136,24 €-----

Ano de 2025 67.136,24 €-----

Ano de 2026 67.136,24 €-----

Ano de 2027 67.136,24 €-----

Ano de 2028 (janeiro a junho) 33.568,12 €-----

**FUNDAMENTOS: UM** - De acordo com o disposto na alínea ccc) do n.º 1 do art.º 33 do Regime Jurídico das Autarquias Locais, aprovado pela Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na redação atual, -----

**DOIS-** Para efeitos de cumprimento do disposto na alínea c) do n.º 1 do artigo 6.º da Lei n.º 8/2012 de 21 de fevereiro, na redação atual; -----

**TRÊS-** Tendo em consideração a necessidade de reprogramação dos encargos com os serviços a prestar tendo em conta a previsão de despesa do mesmo.-----

Melo Lopes

A Senhora Presidente colocou a proposta para discussão. Não havendo mais inscrições para o uso da palavra a Senhora Presidente colocou a proposta a votação, a qual foi **Aprovada, por maioria**, com dezassete votos a favor, sendo dezasseis das eleitas e dos eleitos da CDU, Senhor/a/e/s Paula Maria Daniel de Melo Lopes, Maria Margarida da Costa Rosa Cardoso dos Santos, Norberto Valente Barradas, João Paulo de Melo Barros, Teresa Maria Sotta Lopes Dias Lucas Alves, João Alberto Machado Guerreiro, Mário André dos Santos Mateus, Quitéria Graça Marques Gaspar, Rui Miguel Pereira Candeias, Hélia Maria de Matos Rodrigues, Sérgio Manuel da Silva Santiago, Carlos Jorge Canário Parreira, David Oliveira Gorgulho, Hélder da Silva Pereira, Isabel Maria Borges Gonçalves Contente e Ana Maria Morais Ribeiro Gonçalves, e um do eleito do PS, Senhor Ricardo Jorge da Cruz. -----

Nove abstenções, sendo quatro da eleita e dos eleitos do PS Senhor/a/e/s João Pedro da Silva Teixeira, Ana Harea, Carlos Luís de Matos Coelho e Mesquita de Figueiredo, Vasco Maria Jantarão Lopes da Silva, três da eleita e dos eleitos Coligação Santiago do Cacém Mais, Senhor/a/e/s Pedro do Ó Barradas de Oliveira Ramos, Maria Teresa Pereira Machado Branco e Francisco Alfeirão Rodrigues, uma da eleita do BE a Senhora Carmen Sofia Martins Figueira e um do eleito do CHEGA, Senhor Rui Fernando Pinto Fernandes Sequeira. -----

**DECLARAÇÃO DE VOTO: Pela eleita do BE Senhora Carmen Figueira, foi apresentada a seguinte Declaração de Voto:** “O Bloco de Esquerda não tem como, mais uma vez, não se referir aos prazos em que são enviados os documentos para análise e posterior votação. Disponibilizar aos deputados eleitos, 24 horas para o que são os seus direitos e sobretudo deveres, só continua a demonstrar o quanto a Câmara Municipal desvaloriza este órgão e os seus eleitos, pois, usando da sua maioria absoluta, trata a Assembleia Municipal como uma secretaria onde, por imposição legal, algumas matérias têm que ser apresentadas ou votadas. -----

Sarcasticamente lhe apresento, Sr Presidente da Câmara, o meu pedido de desculpas por fazê-lo ter que aqui vir. -----

O Bloco de Esquerda abstém-se, devido à falta de respeito que ano após ano se verifica”. -----

**g) Aquisição de energia elétrica BTE e MT em mercado liberalizado.** -----

A Senhora Presidente da Assembleia Municipal Paula Lopes, concedeu a palavra ao Senhor Vice-Presidente da Câmara Municipal Albano Pereira, o qual apresentou e fundamentou a seguinte **PROPOSTA:** Solicitar à Assembleia Municipal autorização prévia para a assunção de compromissos plurianuais no âmbito do contrato que se pretende celebrar para o “Fornecimento de energia elétrica em BTE (Baixa Tensão Especial), e MT (Média Tensão), para o período de 12 meses, com início previsto a 01 de abril de 2023, e termo em 31 de março de 2024, com o encargo global estimado de 510 000,00 €, com a seguinte repartição: -----

Ano de 2023, de 382 500,00 €, acrescido de IVA à taxa legal em vigor; -----

Ano de 2024, de 127 500,00 €, acrescido de IVA à taxa legal em vigor. -----

**FUNDAMENTOS:** a) De acordo com o disposto na alínea ccc) do n.º 1 do art.º 33º do Regime Jurídico das Autarquias Locais, aprovado pela Lei nº 75/2013, de 12 de setembro; -----

b) Para efeitos de cumprimento do disposto na alínea c) do n.º 1 do artigo 6.º da Lei n.º 8/2012 de 21 de fevereiro, na redação vigente. -----

A Senhora Presidente colocou a proposta para discussão. Não havendo inscrições para o uso da palavra a Senhora Presidente colocou a proposta a votação, a qual foi **aprovada, por maioria**, com vinte e cinco votos a favor, sendo dezasseis das eleitas e dos eleitos da CDU, Senhor/a/e/s Paula Maria Daniel de Melo Lopes, Maria Margarida da Costa Rosa Cardoso dos Santos, Norberto Valente Barradas, João Paulo de Melo Barros, Teresa Maria Sotta Lopes Dias Lucas Alves, João Alberto Machado Guerreiro, Mário André dos Santos Mateus, Quitéria Graça Marques Gaspar, Rui Miguel Pereira Candeias, Hélia Maria de Matos Rodrigues, Sérgio Manuel da Silva Santiago, Carlos Jorge Canário Parreira, David Oliveira Gorgulho, Hélder da Silva Pereira, Isabel Maria Borges Gonçalves Contente e Ana Maria Morais Ribeiro Gonçalves, cinco da eleita e dos eleitos do PS Senhor/a/e/s João Pedro da Silva Teixeira, Ana Harea, Carlos Luís de Matos Coelho e Mesquita de Figueiredo, Vasco Maria Jantarão Lopes da Silva e Ricardo Jorge da Cruz, três da eleita e dos eleitos Coligação Santiago do Cacém Mais, Senhor/a/e/s Pedro do Ó Barradas de Oliveira Ramos, Maria Teresa Pereira Machado Branco e Francisco Alfeirão Rodrigues, e um do eleito do CHEGA, Senhor Rui Fernando Pinto Fernandes Sequeira. -----

Um voto contra, da eleita do BE a Senhora Carmen Sofia Martins Figueira. -----

**DECLARAÇÃO DE VOTO:** **Pela eleita do BE Senhora Carmen Figueira, foi apresentada a seguinte Declaração de Voto:** “O Bloco de Esquerda, à semelhança de 2021, vota contra porque se desconhece qualquer estratégia ou medida estruturante para reduzir a fatura energética, como a produção pública Municipal de energia renovável”.

##### **5. ATIVIDADE AUTÁRQUICA** -----

A Senhora Presidente Paula Lopes concedeu a palavra Senhor Vice-Presidente da Câmara Municipal Albano Pereira, para apresentar a Informação sobre a Atividade da Câmara Municipal, nos meses de novembro e dezembro de 2022, documento que é dado como reproduzido em Ata. -----

A Senhora Presidente colocou o documento a discussão. Não houve inscrições para o uso da palavra. -----

PARA CONSTAR SE PUBLICA ESTE E OUTROS DE IGUAL TEOR QUE VÃO SER AFIXADOS NOS LUGARES DE ESTILO. -----

Santiago do Cacém, 20 de fevereiro de 2023

A PRESIDENTE,

*P. Lopes*